



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003327-90.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Diretoria Geral - DG

ASSUNTO: Análise – Minuta Acordo de Cooperação Técnica – Auxílio Técnico no exame das contas eleitorais – Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE - RO).

PARECER JURÍDICO Nº 251 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado para registrar os atos referentes as tratativas necessárias à celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT com o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), com o objetivo da prestação de auxílio técnico do TCE-RO aos Juízos Eleitorais no exame das prestações de contas eleitorais dos partidos políticos e candidatos do Pleito de 2020, por meio da cessão de servidores que tenham formação técnica compatível, no período 12 (doze) meses a contar de 16/11/2020, prorrogável, de comum acordo entre as partes.

02. Compõe os autos a Resolução do TSE nº 23.607/19 sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições ([0618319](#)), Manual de Prestação de Contas das eleições 2020 do TRE-SC ([06183252](#)), Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2020 do TCE – PB ([0618451](#)).

03. No Despacho 1843 ([0618628](#)) a Diretora Geral solicita as unidades COORCRE e ASEPA os ajustes que forem necessários na minuta apontados na Remessa 411 da SECONT ([0618485](#)), com prazo até o dia 11/11/2020 ([0618628](#)). Para o atendimento do solicitado foi juntado aos autos os documentos da ASEPA (0619579 e 0619945), e complementando a instrução dos autos as informações do TCE nos eventos [0621375](#), [0621376](#) e [0621377](#).

04. Por fim, instruído os autos, a Diretora Geral no Despacho 1881 ([0621481](#)) envia os autos a esta AJDG para análise da minuta GABDG constante do evento [0619104](#). **É o necessário relato.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – ANÁLISE JURÍDICA

05. Inicialmente cabe registrar que convênio é um gênero que comporta várias espécies, dentre elas o Termo ou Acordo de Cooperação Técnica - ACT. Este pode ser conceituado como instrumento jurídico formalizado entre entidades da Administração Pública ou entre entidades privadas sem fins lucrativos, com o objetivo de firmar interesse na mútua cooperação técnica, visando execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.

06. A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de acordos da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. As **minutas** de editais de licitação, bem como as dos contratos, **acordos**, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.** (Negritou-se)

07. De acordo com o art. 116 da Lei nº 8.666/93, é aplicável aos acordos, **no que couber**, o disposto na Lei de Licitações e Contratos. Nesse sentido, cabe análise da referida minuta de acordo de cooperação quanto à forma, ao conteúdo e à observância da legislação.

08. Em relação à forma, embora se trate de ACT, cuja elaboração não exige maior rigor formal, porque **não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira**, a minuta anexa está alinhada, no que for compatível, com as disposições do art. 55, da Lei nº 8.666/93, que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos, em especial:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o **objeto e seus elementos característicos**;

II - o **regime de execução** ou a forma de fornecimento;

[...]

VII - os **direitos e as responsabilidades das partes**, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os **casos de rescisão**;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[...]

09. Ademais, considerando que não há obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre as partes, é possível concluir que a minuta sob análise, também atende, **no que forem compatíveis**, as disposições do art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece regras específicas para os acordos firmados pela Administração Pública.

10. Acerca do conteúdo, a minuta contempla o objeto do acordo, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto, que tem por objetivo a prestação de auxílio técnico aos Juízes Eleitorais, com vistas a realizar o exame das contas de campanha eleitoral 2020 dos candidatos eleitos e primeiros suplentes, por servidores do TCE-RO, no período 12 (doze) meses a contar de 16/11/2020, prorrogável, de comum acordo entre as partes.

11. Quanto à publicação, a Cláusula Décima da minuta GABDG [0619104](#) prescreve onde será realizada; e, por fim, há no documento, em sua Cláusula Décima Terceira a eleição do Foro de Porto Velho para solucionar questões resultantes da execução do acordo ou a ele relativas, nos termos do § 2º do art. 55 da mesma Lei.

12. Nesses termos, verifica-se que a parceria buscada por meio do Acordo de Cooperação Técnica que se pretende firmar com o TCE - RO, encontra-se em conformidade com os parâmetros normativos da Lei nº 8.666/93. Ainda, consta-se que as partes do ajuste se encontram no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, que no caso estão claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

III – CONCLUSÃO

13. Destarte, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta AJDG **APROVA** os termos da minuta do acordo de cooperação técnica anexa a este processo no evento [0619104](#) haja vista estar adequada e contempla os fins a que se propõe.

14. Por fim, registra-se que esta unidade jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos do instrumento de acordo, conforme pedido a ela submetido, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 12/11/2020, às 18:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003327-90.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica – Auxílio Técnico no exame das contas eleitorais

DECISÃO Nº 118 / 2020 - PRES/GABPRES

Vistos.

Trata-se de processo administrativo instaurado com a finalidade de registrar os atos e documentos referentes as tratativas necessárias à celebração de Acordo de Cooperação Técnica - ACT com o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), com o objetivo da **prestação de auxílio técnico do TCE-RO aos Juízes Eleitorais no exame das prestações de contas eleitorais dos partidos políticos e candidatos do Pleito de 2020**, por meio da cessão de servidores que tenham formação técnica compatível, no período 12 (doze) meses, a contar de 16/11/2020, prorrogável de comum acordo entre as partes.

A minuta do referido acordo de cooperação veio encartada no evento [0618452](#), trazendo em seu bojo importantes especificações, tais como: delimitação do objeto; obrigações do TRE-RO; obrigações e limite de atuação do TCE-RO; inexistência de ônus financeiro; prazo de vigência; etc.

Como sabido, a Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de acordos da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesse sentido, conforme Parecer n. 251 ([0622320](#)), a AJDG **aprovou** os termos da minuta do acordo de cooperação técnica contida no evento [0619104](#), por estar adequada e contemplar os fins a que se propõe.

Consultada, a Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (ASEPA), por meio do Memorando n. 7 ([0619579](#)), **registrou que os servidores do TCE serão de grande valia nos trabalhos de exame das prestações dos partidos políticos, candidatos majoritários e os não eleitos suplentes, em especial devido a alteração do calendário eleitoral** (julgamento das PCs dos eleitos em 12/2/2021) e impossibilidade de alguns servidores da citada comissão trabalharem nas PCs devido a atual pandemia.

Ante o exposto, definido o objeto, constatada a possibilidade jurídica e demonstrada a necessidade e viabilidade da avença pretendida, **autorizo** a formalização de Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) com a finalidade de obter a prestação de auxílio técnico aos Juízes Eleitorais, com vistas a realizar o exame das contas de campanha eleitoral 2020 dos candidatos eleitos e primeiros suplentes, por servidores do TCERO, no período de 07 de janeiro de 2021 a 12 de fevereiro de 2021.

À Diretoria-Geral e à SAOFC para conhecimento e adoção das providências decorrentes desta Decisão.

Cumpra-se.

Porto Velho, 16 de novembro de 2020.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 16/11/2020, às 16:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.